

mercado

Revisão tira 1,7 mi de famílias unipessoais do Bolsa Família

Estabilidade no número de beneficiários é vista pelo governo como sinal favorável à correção do CadÚnico

Idiana Tomazelli

BRÁSILIA A revisão do Cadastro Único tirou 1,7 milhão de famílias compostas por um único integrante (chamadas de “unipessoais”) do rol de beneficiários do Bolsa Família em um ano.

São pessoas que estavam recebendo o benefício irregularmente ou integravam uma família maior, mas fizeram a opção indevida pela divisão do cadastro — não raro, induzidos pelo próprio desenho do programa social, com um valor mínimo garantido independentemente do número de membros.

Após a regularização, cerca de 400 mil continuam recebendo o benefício como dependentes em uma família maior. O governo considera este um dado relevante para atestar que o objetivo final da revisão não é cortar benefícios, mas sim manter informações fidedignas em uma base que serve de referência para mais de 30 políticas sociais.

Outro dado usado para sustentar esse argumento é o número de pessoas beneficiárias, que contabiliza todos os integrantes dos domicílios contemplados. O patamar se mantém estável entre 55 milhões e 56 milhões de indivíduos.

A explosão de famílias unipessoais no Bolsa Família foi o principal fator que levou a equipe de transição a classificar a situação do CadÚnico como uma “calamidade”.

A quantidade dessas famílias saiu de 1,84 milhão em dezembro de 2018 para um pico de 5,88 milhões em dezembro de 2022 —alta de 220%. No mesmo período, o número das demais famílias teve uma expansão de 28%.

Um ano depois da força-tarefa criada para regularizar o cadastro, o número de unipessoais do Bolsa Família caiu a 4,15 milhões em dezembro do ano passado, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

O processo de correção não tem sido simples. O governo enfrentou dificuldades, desinformação sobre as regras do programa e precisou endurecer as normas para o cadastro de famílias unipessoais até começar a ver resultados mais consistentes.

O novo protocolo envolve a assinatura de um termo de responsabilidade pelo beneficiário, registro de cópia digitalizada dos documentos e visita de agentes da prefeitura para ver se aquela pessoa realmente vive sozinha.

Em agosto, o governo fixou um limite de 16% para famílias unipessoais na folha de pagamento do programa. A verificação do percentual é feita município a município, e quem está acima precisa re-ver o cadastro.

Com as medidas, a proporção dessas famílias recebendo Bolsa Família caiu a 19,7% em dezembro de 2023, após atingir o pico de 27,2% um ano antes.

“O ano de 2023 foi de reconstrução. O cenário de desinformação era devastador, mas melhorou bastante”, afirma à Folha a secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, Leticia Bartholo. Pela primeira vez na história, o CadÚnico contou com uma campanha de utilidade pública que mobilizou

cadeias de rádio e TV, além das redes sociais.

Desde março, quando o Bolsa Família foi relançado sob novo desenho, 3,4 milhões de famílias deixaram de receber o benefício até dezembro, não só por irregularidades, mas também por incremento na renda ou fim do prazo da regra de proteção (que garante metade do benefício por até dois anos a quem passa a ganhar até meio salário mínimo).

Os cancelamentos abriram espaço no orçamento do programa para incluir outros 2,9 milhões. “[O problema envolvendo] A inclusão de unipessoal deu uma melhoria muito boa. Mas não é porque melhorou muito que o trabalho está completo. Não existe etapa vencida, a ação precisa ser contínua”, diz Bartholo.

Em 2024, além da continuidade da averiguação dos unipessoais, o ministério vai pro-

mover uma revisão cadastral, com o objetivo de atualizar registros antigos. A meta é alcançar ao menos 4,7 milhões de registros, dos quais 1,7 milhão de beneficiários do Bolsa Família.

A regularização, porém, é vista como o tratamento imediato para um problema classificado como uma “parada cardiorrespiratória”: o risco de transformação do CadÚnico em um cadastro de indivíduos. Agora, Bartholo diz que o desafio é cuidar também da “doença crônica”, que envolve a substituição de uma tecnologia já obsoleta.

Está em curso uma parceria com o Ministério da Gestão e Inovação para modernizar o CadÚnico e torná-lo interoperável —jargão técnico para classificar um tipo de sistema que consegue conversar com outras bases de dados.

[Continua na pág. A12](#)

alteração na composição familiar, no endereço ou na renda da família

Quem tem direito ao Bolsa Família?
Famílias com renda familiar por pessoa de até R\$ 218 inscritas no CadÚnico. A renda familiar por pessoa é a soma de todas as rendas do lar, dividida pelo número de membros

Como o benefício é calculado?
Há um benefício básico por pessoa. Cada integrante da família recebe R\$ 142 mensais. Há ainda a garantia de um pagamento mínimo de R\$ 600 por família, ou seja, se a soma dos benefícios não for suficiente, o governo fará o repasse de um valor complementar para assegurar esse piso. O programa também prevê um adicional de R\$ 150 por criança de 0 a 6 anos, e outro de R\$ 50 para crianças e adolescentes entre 7 e 18 anos incompletos, bem como para gestantes e nutrizes

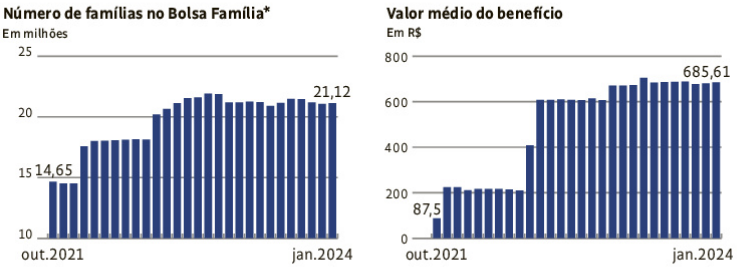
A concessão é automática para quem faz o cadastro?
Não. O governo realiza um protocolo de habilitação, que consiste em processar as informações, identificar os requisitos e identificar públicos prioritários (indígenas e quilombolas, por exemplo). Caso a família se enquadre nas regras do programa, ela é habilitada. A concessão do benefício depende de espaço no orçamento

Arranjei um emprego com carteira assinada, vou perder o benefício do Bolsa Família?
Não necessariamente. Se, ao incorporar o salário do novo emprego, a renda familiar por pessoa ficar entre R\$ 218 e R\$ 706, o beneficiário entrará na regra de proteção, recebendo metade do benefício por até dois anos. Se a renda familiar por pessoa ultrapassar os R\$ 706, o beneficiário pode solicitar o desligamento do Bolsa, com direito ao chamado “retorno garantido” caso perca o emprego ou outra fonte de renda.

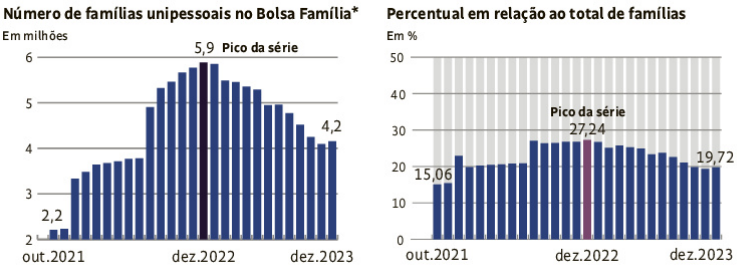


Fila em agência da Caixa, em São Paulo, para receber o Bolsa Família Daniilo Verpa 20.mar.23/Folhapress

Novo Bolsa Família



Famílias unipessoais em queda

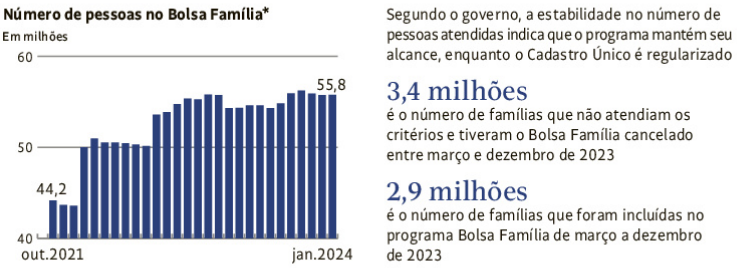


1.731.346

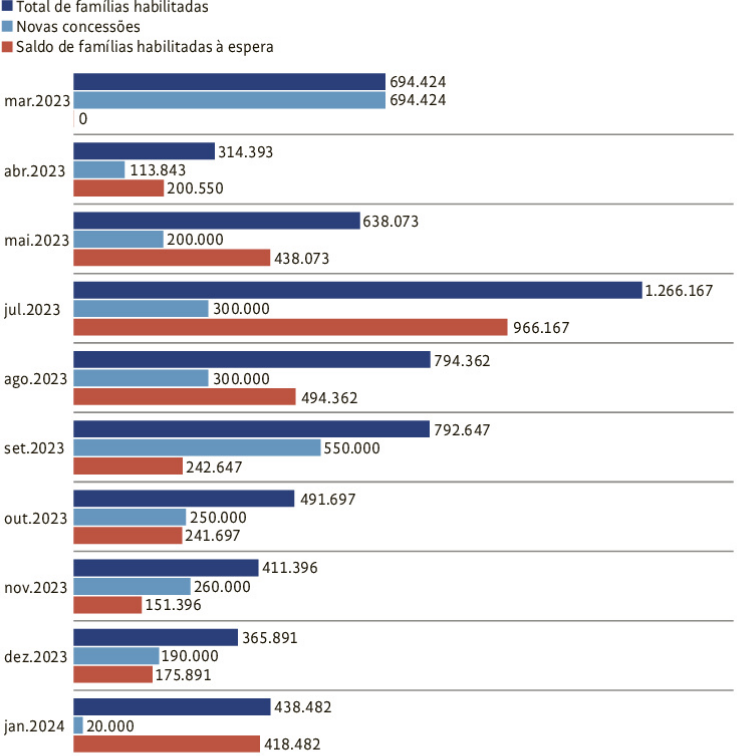
famílias unipessoais deixaram de receber o Bolsa Família entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023

Mais de 400 mil seguem dentro do programa, integradas a outros beneficiários, refletindo o real arranjo familiar

Número de pessoas atendidas se mantém estável



A fila do bolsa família



* Entre novembro de 2021 e fevereiro de 2023, o programa se chamou Auxílio Brasil
Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome